



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CDS / Partido Popular

N.º 483-VIII
P.º 50.04.04.32
29.110
29.111
Data : 29.11.2007

INTERVENÇÃO FINAL

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Estamos próximo do fim do debate, que aqui começou há três dias, sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2008.

Por aqui passou a discussão de tudo o que de essencial o Governo dos Açores se propõe fazer ao longo do próximo ano. E os membros do governo cuidaram de explicar como o farão e com que meios. E os deputados apoiaram ou discordaram, em discursos escritos, preparados e certamente pensados, em nome do povo que os elegeu, ou do partido que os enquadra.

As soluções, ou a falta delas, para os problemas de cada ilha, que aqui se debateram nestes dias, não são uma simples ocupação de tempo, numa Região na qual sabendo encontrar soluções diferentes para o que é diferente, a complementaridade pode ser transformada em riqueza e a diversidade servir de alicerce ao desenvolvimento. Aqui é, por excelência, o local da discussão política.

O que aconteceu esta semana, é que estiveram reunidos, a trabalhar em conjunto, os dois órgãos de governo próprio desta Região. A Assembleia que é formada pelos deputados que o povo escolheu e que perante esse povo prestarão contas. E o Governo que emana da maioria que o povo escolheu e que presta contas perante esta Assembleia.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Discutiu-se o último Plano e o último Orçamento para esta legislatura. Este ano é o derradeiro tempo para o Governo executar aquilo que se comprometeu para estes quatro anos, que a democracia e o funcionamento das instituições lhe concederam.

O povo certamente gostaria de saber bem o que por aqui se passou nestes dias. Ou, pelo menos, de ter uma ideia resumidamente equilibrada do que aconteceu. Gostariam e tinham esse direito. E talvez tornando visível e transparente o que aqui ocorreu, os eleitores que já não vêm tendo paciência para exercer o seu direito de cidadãos, pudessem sentir-se novamente motivados para tomar posição, votando.

Naturalmente que a obrigação principal – a de serviço público – cabe primordialmente à televisão e à rádio públicas. E há bons jornalistas, em todos os órgãos de comunicação social e continuam a existir na televisão e na rádio públicas também.

O que precisam certamente é de dispor de um espaço de tempo condigno, que lhes permita retratar e transmitir o que aqui se passou, o que cremos que a importância destes órgãos e do momento bem justificariam, para evitar leituras distorcidas ou contrárias da realidade.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O nosso povo costuma dizer que aquilo que é demais não presta. A lição a recolher é a de que se deve evitar pecar pelo exagero.

Se atentarmos bem no que se passou ao longo destes dias, cometeram-se pecados. Naturalmente que errar é próprio dos humanos, mas pior é persistir no erro.

Alguma oposição foi tão violenta, que deixou imagem de virulenta. O tom da constatação de erros governativos chegou a ser tão enfático, que até pareceu entusiástico!



O CDS-PP considera que não pode deixar passar em claro o que não se faz, ou o que se faz menos bem, ou o que se faz tarde demais. Mas o CDS-PP também entende que não pode constituir motivo de congratulação aquilo que não se fez, ou aquilo em que se errou, ou aquilo que se esqueceu.

Se é certo que consideramos que o Governo, ou os deputados que institucionalmente os apoiam, não se podem instalar a gabar-se dos sucessos, porque a obrigação de qualquer Governo é ser bem sucedido, ou como diz o povo, “é para isso que lhes pagam”, também entendemos que a oposição não deve esgotar-se na busca da crítica, sem alternativa, sem contributo positivo.

O CDS-PP não se pode rever no estilo daqueles que, viciados em persistir no “NÃO” permanente, também já dizem “não ao betão”.

O CDS-PP quer que continue a fazer-se todo o betão necessário para as estruturas básicas indispensáveis à dinamização da economia, porque só à medida que a economia crescer é que é possível gerar mais desenvolvimento.

E também consideramos bem-vindo o betão para as estruturas sociais indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das crianças, dos estudantes, dos idosos e de quanto delas são carenciados.

E também defendemos que é preciso continuar a aplicar betão naquelas que são obras do passado, mas que foram concebidas sem uma exigente visão de futuro e também naquelas que não foram feitas com a qualidade que era necessária.

Também nesse tempo algumas se faziam à pressa, para inaugurar quando dava mais jeito; e até se inauguravam por fases! Ainda estão por aí, anunciando “vida nova”, os velhos protagonistas dessa era!

É evidente que condenámos então, como condenamos hoje, que se façam obras megalómanas na ânsia de apenas captar votos.

Mas, ao contrário de outros, não sentimos complexo com as inaugurações. Nós preferimos que se faça, apesar de se inaugurar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O que já não apoiamos é que se gaste a inaugurar, muito do que fazia falta para fazer outras coisas indispensáveis. O que nós não aceitamos é que o Governo e o partido de poder se misturem.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O CDS-PP tem assumido o papel de fiscalizador da acção governativa e quer continuar a trabalhar para que se cumpra o que se prometeu. Mas o CDS-PP não se revê no papel do mau polícia, que procura a infracção, alegre por participar na multa!

Entre aqueles deputados da maioria que nunca encontram mácula na actuação do Governo e aqueles que na oposição não vislumbraram nada de bom na actividade governativa, o CDS-PP procurou a ponderação e o equilíbrio.

E é assim que vai continuar, com os dirigentes políticos que elegeu no seu último Congresso Regional e na linha da estratégia que então se definiu.

Pela nossa parte alegra-nos que este seja o maior Plano de sempre e que haja muitos milhões para aplicar no desenvolvimento dos Açores. Será a esperança de que algumas das muitas expectativas criadas, que ainda não foram concretizadas, o possam ser ainda neste mandato, porque elas certamente aproveitarão aos açorianos, ou pelo menos a alguns deles.

Naturalmente que não foi por acaso que algumas terminarão exactamente no próximo Verão, mas os eleitores entenderão a razão pela qual assim se programou e terão na sua mão o prémio ou o castigo.

Mesmo aquelas realizações que estão atrasadas há anos, incluindo algumas que são necessidade desde o tempo dos outros senhores, para o CDS-PP, é bom que se façam este ano, porque ao contrário de outros, para nós antes tarde que nunca.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O que não nos agrada é que dalgumas, pura e simplesmente já se tenha desistido, como foi por exemplo, entre outras, o caso do Instituto da Juventude.

Os mais de trinta anos de autonomia já deveriam permitir que não se promettesse mais do que se pode cumprir. Porque a verdade tem de ser uma virtude da política.

Para o CDS-PP é motivo de satisfação que o Orçamento para 2008 seja equilibrado. É, nem mais nem menos, uma exigência que sempre fizemos.

E é importante verificar que a receita cresce, nomeadamente aquela que provém da arrecadação de impostos. Significa que tínhamos razão, quando fomos os primeiros a defender, em 1998, uma descida do IRC e do IRS. Depois, com o PSD, foi aprovada a redução do IRC em 30% e do IRS em 15%, com efeito desde 1999. Mais tarde, por iniciativa exclusiva do CDS-PP, a redução do IRS foi elevada para 20%, com efeito a partir do ano 2000.

A realidade orçamental dos últimos anos e os reflexos da descida dos impostos, permitem que o CDS-PP defenda que é tempo de serenamente voltar a ponderar uma nova descida de impostos, nomeadamente ao nível do IRS.

Sabemos que as famílias açorianas sofrem os custos da insularidade, sabemos que para os açorianos, despesas tão essenciais como as da educação e da saúde, são muito pesadas e que os açorianos são afectados por inflação sempre superior à do continente.

A descida do IRS, ou mecanismos como os dos benefícios fiscais, poderiam constituir uma justa compensação para as famílias açorianas.

Ao invés, o que muito desagrada ao CDS-PP, é ver repetidas, ano após ano, nos pareceres do Tribunal de Contas, críticas à forma como são despendidas algumas importantes verbas do Orçamento Regional. Acreditamos no esforço do executivo, mas é urgente que os resultados sejam mais visíveis em benefício de uma transparência que só contribui para fazer acreditar as instituições regionais, não só dentro como fora da Região, num processo progressivo em que só haverá que ganhar.



Entendemos que em vez de “disparar para tudo o que mexe no Governo”, importa colaborar para as melhores soluções.

Para criticar os problemas, bem graves aliás, que têm afectado o transporte de passageiros e viaturas entre ilhas, não é preciso deixar de reconhecer que se trata de uma inovação do Governo PS, que importa continuar, reponderar e melhorar.

E para defender, como nós o fazemos, tarifas da SATA que facilitem a deslocação dos açorianos entre-ilhas e promovam o desenvolvimento económico, não é preciso defender o disparate que constituiria a liberalização integral do transporte aéreo nos Açores, que redundaria numa desgraça para as pequenas ilhas, que o CDS-PP sempre lutará para não permitir.

Mais urgente era olhar para algumas dessas ilhas, que como a Graciosa, as Flores e o Corvo, durante muitos meses do ano ainda não têm sequer voo todos os dias.

Consideramos que é inaceitável que existam dezenas de milhares de açorianos sem médico de família, mas sempre na linha de que não basta criticar, é que avançamos com a sugestão de que se criem incentivos para que os actuais médicos de família, entretanto, possam alargar a sua lista de utentes.

E porque faltam médicos especialistas, é que propusemos construtivamente e vimos aprovados novos e mais eficazes incentivos ao nível de bolsas para a especialização de médicos.

E também consideramos importantíssima a aposta no aproveitamento das energias renováveis, que como é sabido aqui sempre tomámos a iniciativa de defender, que têm a vantagem de ser uma fonte não poluente e que reduz a nossa dependência do exterior.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O CDS-PP entendeu contribuir com iniciativas que lhe parecem relevantes, para que da execução do próximo Plano e Orçamento possam resultar maiores benefícios para os açorianos.

Foi assim que tomou a iniciativa de dialogar, primeiro com o Governo, na sua qualidade de proponente dos documentos em discussão e de executor do Plano e Orçamento e depois apresentou nesta Assembleia um conjunto de iniciativas, que julga terem mérito para merecer aceitação do Governo e aprovação por parte deste Parlamento.

Um projecto de decreto legislativo regional visa a criação de um regime de apoio aos pensionistas com pensões baixas, especificamente dirigido à compra de medicamentos, denominado “Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos – Compamid”, o qual se destina a dar resposta a situações dramáticas que afectam muitos pensionistas.

Será pago todos os anos, corresponde a 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores (presentemente mais de 200 €), sendo actualizável anualmente, de acordo com a actualização daquela retribuição mínima.

O CDS-PP Açores apresentou também um Projecto de Resolução com o objectivo de recomendar ao Governo Regional que, tendo em conta as especificidades dos Açores, nomeadamente as de natureza social, económica, geográfica, demográfica e cultural, promova as disposições de sua competência que tenham em vista a instituição de tarifas promocionais, nas ligações aéreas inter-ilhas, para residentes na Região, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Maio.

Um outro projecto de decreto legislativo regional destina-se a dar uma resposta a um problema há muito sentido e visa aplicar uma fórmula mais favorável e abrangente e simultaneamente mais justa e eficaz, nos apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas.

Alteram-se os escalões de atribuição de tais apoios, que se revestem da forma de empréstimo a fundo perdido e bonificação de juros, permitindo que as famílias de classe média e as famílias numerosas passem a ter acesso a esta ajuda, sem todavia impedir o acesso às famílias de baixos recursos. Ou seja, passam a ter acesso as famílias que até agora estavam praticamente impedidas de aceder aos apoios instituídos pelo Decreto Legislativo Regional 20/2005/A.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O CDS-PP Açores propõe, ainda, para aprovação na especialidade, uma alteração ao Plano de Investimentos da Região para 2008, tendo em vista a inclusão de uma verba de 100.000 euros para o Projecto de Requalificação e Reinstalação do Centro de Oncologia dos Açores - Prof. Dr. José Conde.

Trata-se, como é forçoso reconhecer, de uma unidade de saúde exemplar, que apesar de trabalhar em instalações inadequadas e exíguas, tem um elevadíssimo nível de produtividade e que serve toda a Região. Por isso, merece ser acarinhada, em prol de uma melhor saúde nos Açores.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O CDS-PP considera que não se pode criticar igualmente a inércia e o arrojo, porque significaria condenar da mesma forma a escuridão e a luz.

Podemos e devemos ser uma oposição objectiva, sempre activa, firme e dura quando necessário.

Mas não são os partidos que decidem em quem o povo vai votar.

Pela nossa parte assumiremos, na votação destes documentos, uma posição pensada, responsabilmente ponderada, que terá em conta quanto neles se contém, não deixará de tomar em consideração os instrumentos – e todos os instrumentos legais e financeiros – que orientarão e suportarão a respectiva execução e também os compromissos daqueles que serão os mais directos responsáveis pela respectiva execução.

Pode ser-se oposição ao Governo, mas não se pode ser oposição aos Açores.

O Líder Parlamentar,

(Artur Lima)

8 de 8